

COMÉRCIO

Contra o tabelamento de preços no varejo

O CIP (Conselho Interministerial de Preços) não funcionou antes, e não vai ser agora que vai funcionar. A opinião é do presidente da Federação do Comércio de São Paulo, Abram Szajman (foto), para quem o combate à inflação, no momento, requer "medidas sérias" e não tentativas "no grito".

— Não é com essas medidas chamadas de impacto que se vai segurar a inflação.

Se surgir a possibilidade de um encontro com as novas autoridades do CIP e da Seap (Secretaria Especial de Abastecimento e Preços), o presidente da Federação do Comércio ressaltaria a posição da entidade contrária aos tabelamentos "na ponta", no varejo, o último elo da cadeia.

As medidas sérias preconizadas por Szajman seriam na área dos preços administrados: indústria petroquímica, siderúrgica, Sistema Eletrobrás, além do controle firme da base monetária e da não-autorização de financiamentos do governo a fundo perdido.

Já o presidente da Associação Brasileira dos Supermercados, João Carlos Paes Mendonça, disse ontem em Recife que "o governo ampliou o controle de preços apenas para poder fazer um melhor acompanhamento da evolução da inflação, mas assim que for feita esta avaliação deverá liberar novamente os preços dos produtos reenquadrados no sistema".

A expectativa de liberação de preços por parte do presidente da Abras baseia-se justamente na ineficácia do tabelamento, que gera, segundo suas palavras, antecipação de aumento, especulação, falta de mercadorias.

— Defendo o controle apenas nos casos excepcionais — monopólio, crise de produtos, tendência especulativa —, mas em geral é desnecessário porque o próprio mercado se encarrega de regular os preços.



Controle ineficaz

Há praticamente uma unanimidade de opinião entre os empresários do Rio Grande do Sul: o controle dos preços de 273 produtos anunciado pelo novo governo não só é ineficaz como mecanismo de controle da inflação como poderá até, de acordo com o seu rigor, provocar uma crise de abastecimento no País.

“Nenhum empresário pode deixar de aumentar os preços finais de seus produtos se os custos das matérias-primas e mão-de-obra continuam aumentando”, disse ontem, em Porto Alegre, o presidente da Federação das Associações Comerciais daquele Estado (Federasul), César Rogério Valente.

— Numa situação de controle artificial, o que se pode fazer é deixar de produzi-los. Os produtos saem do mercado e, quando voltam, retornam com preços bem maiores.

Valente salientou que “é muito importante levar em consideração os possíveis resultados desta medida, porque entra em jogo a credibilidade do governo”. A nova administração, acrescentou, “chega ao poder com um aval de toda a Nação, o que aumenta a responsabilidade das autoridades quanto aos resultados perseguidos. Está comprovado que o controle artificial de preços não dá certo”.

O presidente do Clube de Diretores Lojistas (CDL) da capital gaúcha, João Pedro Escosteguy, lembrou que as tentativas de contenção dos reajustes dos preços de certos produtos no Brasil vem desde o início da década de 40, e jamais produziram resultados positivos, mesmo que acompanhadas de ameaças de graves punições e até mesmo de júri popular para os infratores.

O diretor comercial da Cooperativa Central Gaúcha de Leite (CCGL), Leandro Lampert, disse que as indústrias de laticínios serão até beneficiadas com o enquadramento dos preços do leite comum no CIP. Lampert explicou que, até aqui, esse produto era reajustado pela Sunab, enquanto ficavam a cargo do CIP os aumentos dos preços dos leites longa-vida e especial.